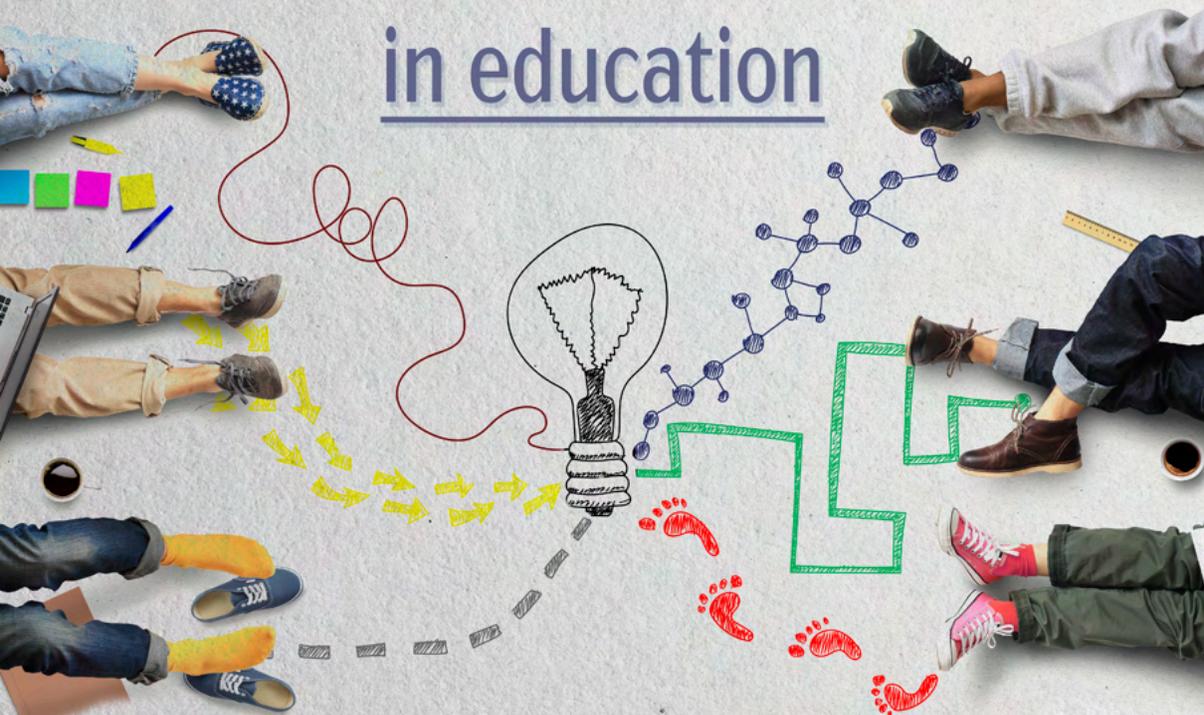


# DISCOURSES, PRACTICES AND IDEAS

in education

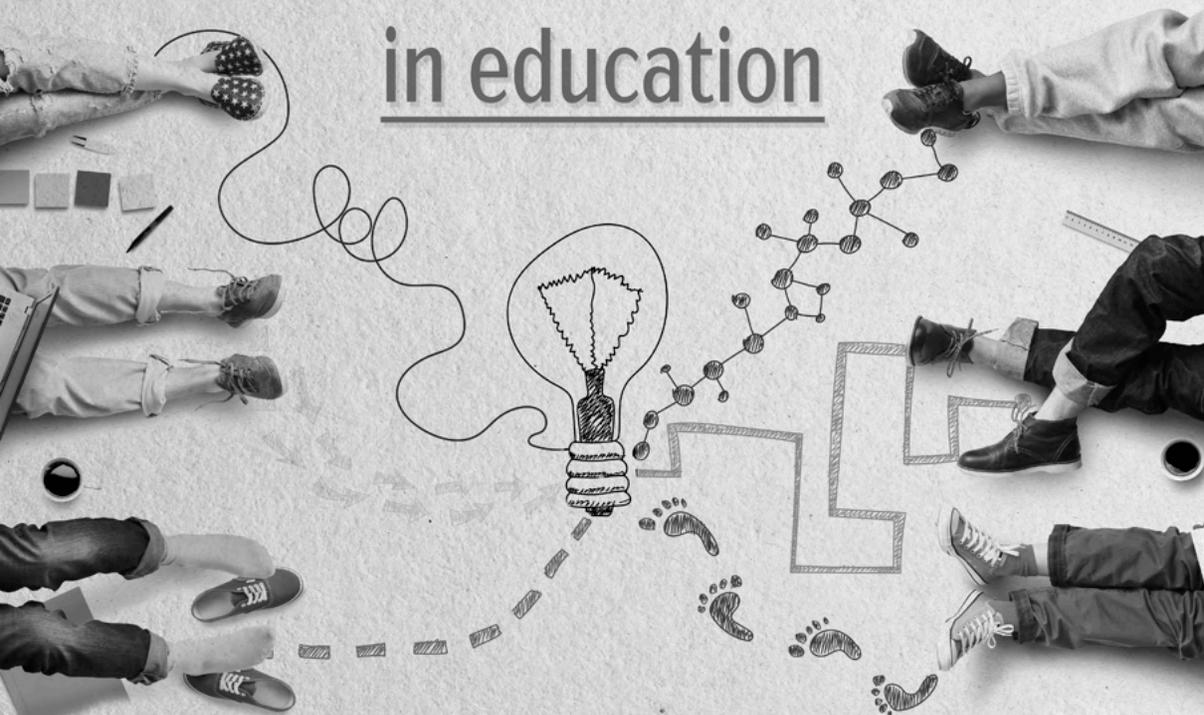


Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022

# DISCOURSES, PRACTICES AND IDEAS

in education



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## Discourses, practices, and ideas in education

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaiddy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D611 Discourses, practices, and ideas in education / Organizador  
Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. - Ponta  
Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-959-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.599221502>

1. Educação. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa  
de (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos - CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

Em **DISCOURSES, PRACTICES AND IDEAS IN EDUCATION**, coletânea de nove capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área da Educação e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber.

Temos, no presente volume, reflexões que explicitam essas interações. Nelas estão debates que circundam arte, justiça social, ensino infantil, lúdico, evasão escolar, políticas públicas, marco legal, pós-pandemia, ensino superior, tendências investigativas e criatividade.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

ARTE Y COEDUCACIÓN PARA LA JUSTICIA SOCIAL. IMPLICACIÓN DE FUTUROS MAESTROS DE GRADO DE INFANTIL EN UN PROYECTO COLABORATIVO INCLUSIVO

David Mascarell Palau

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5992215021>

### **CAPÍTULO 2..... 14**

O LÚDICO NO CONTEXTO ESCOLAR: O BRINCAR ENQUANTO FERRAMENTA NO PROCESSO EDUCACIONAL

Antônia Silva de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5992215022>

### **CAPÍTULO 3..... 28**

A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): PROBLEMATIZAÇÃO ACERCA DE UMA REALIDADE NACIONAL

Francilene do Carmo Alexandre Batista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5992215023>

### **CAPÍTULO 4..... 41**

POLÍTICAS PÚBLICAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPASSES E PERSPECTIVAS

Elizanete Nascimento Gomes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5992215024>

### **CAPÍTULO 5..... 55**

MARCOS LEGAIS PARA O RETORNO ÀS AULAS COM SEGURANÇA PÓS PANDEMIA DA COVID-19 FRENTE À AFETIVIDADE COMO CONDIÇÃO DE APRENDIZAGEM

Elen Carolina Martins

Mary Diana da Silva Miranda Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5992215025>

### **CAPÍTULO 6..... 67**

O ENSINO E O APRENDIZADO DO TELETJORNALISMO NO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UESPI DE PICOS-PI

Clebson Lustosa Brandão Lima

Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5992215026>

### **CAPÍTULO 7..... 82**

ANÁLISIS DE LAS TENDENCIAS INVESTIGATIVAS EN TRABAJOS DE GRADO DE MAESTRÍA

Martha Cecilia Arbeláez Gómez

Clara Lucía Lanza Sierra

Martha Lucía Garzón Osorio

Luz Stella Montoya Alzate  
Karen Hasleidy Machado Mena

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5992215027>

**CAPÍTULO 8..... 108**

**CRIATIVIDADE PARA INOVAR: UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA NO CAMPO  
PROFISSIONAL DA BELEZA**

Maria Mônica Pinheiro-Cavalcanti

Luciana de Oliveira Campolina

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5992215028>

**CAPÍTULO 9..... 117**

**READING ACQUISITION SOFTWARE FOR PORTUGUESE SPEAKING CHILDREN:  
PORTUGUESE FOUNDATION GRAPHOGAME**

Ana Sucena

Ana Filipa Silva

Cátia Marques

Cristina Garrido

Fernanda Leopoldina Viana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5992215029>

**SOBRE O ORGANIZADOR ..... 124**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 125**

# CAPÍTULO 3

## A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): PROBLEMATIZAÇÃO ACERCA DE UMA REALIDADE NACIONAL

*Data de aceite: 01/02/2022*

**Francilene do Carmo Alexandre Batista**

Instituto de Educação Superior João de Deus  
(Mestrado em Ciência da Educação)  
Lisboa

**RESUMO:** O jovem ou adulto que se encontra fora da sala de aula, quando ingressa na escola, tem como anseio a melhoria de suas condições de vida, e é nesse momento que o mesmo precisa encontrar um ambiente acolhedor dentro da escola, e que o estimule a querer retornar para a unidade escolar. Contudo, o que se entende é que muitos alunos que se matriculam acabam desistindo mesmo antes do término do ano letivo. O objetivo principal do estudo centra-se em dissertar sobre evasão e permanência de alunos na EJA delineando a problemática enfocando as funções e desafios de jovens e adultos na realidade e a qualidade na EJA. A trajetória metodológica remete a um estudo do tipo descritivo aonde se buscou o aporte da pesquisa bibliográfica como fundamentação para a construção da revisão de literatura. Deste modo, refletir sobre a prática pedagógica e as causas que induzem a evasão escolar são de extrema importância na tentativa de minimizar o índice de alunos que abandonam a sala de aula. A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos necessita ser analisada e percebida de forma mais aberta, sobretudo porque se trata de uma questão preocupante e significativa tema para estudo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Evasão escolar. Educação de Jovens e Adultos. Realidade Nacional. Qualidade.

**ABSTRACT:** The young person or adult who is out of the classroom, when they enter school, is eager to improve their living conditions, and it is at this time that they need to find a welcoming environment within the school, which encourages them to want to return to the school unit. However, what is understood is that many students who enroll end up dropping out even before the end of the school year. The main objective of the study focuses on dissertation on dropout and permanence of students in EJA outlining the issue focusing on the roles and challenges of young people and adults in reality and quality in EJA. The methodological trajectory refers to a descriptive study where the contribution of bibliographic research was sought as a foundation for the construction of the literature review. Thus, reflecting on pedagogical practice and the causes that induce school dropouts are extremely important in an attempt to minimize the rate of students who drop out of the classroom. Dropping out of school in Youth and Adult Education needs to be analyzed and perceived in a more open way, above all because it is a worrying and significant issue for study.

**KEYWORDS:** School dropouts. Youth and Adult Education. National Reality. Quality.

### 1 | INTRODUÇÃO

A evasão escolar é um problema de ordem histórica para o sistema educacional

brasileiro. Como consequência, o fracasso escolar se apresenta como uma problemática, com fatores de ordem pedagógica, ideológica, social, econômica e política, evidenciando assim que não há um único fator e sim um conjunto de ocorrências que colaboram para o fracasso de jovens e adultos dentro da unidade escolar. Sendo assim, a evasão escolar é uma questão social dentro do cotidiano da escola, sendo notória a necessidade de ações reflexivas junto aos alunos e educadores para promover novas possibilidades na atuação e compreensão do tema. Segundo Azevedo (2011, p. 07), “o problema da evasão e da repetência escolar no país tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes de ensino público”, pois as origens e as decorrências estão entrelaçadas a múltiplos fatores, como social, político e econômico.

Conforme Oliveira (2012, p. 05), a origem para que o abandono escolar ocorra, pode ser “ilustrados a partir do momento em que o aluno deixa a escola para trabalhar, quando as condições de acesso e segurança são precárias;” e por avaliarem que o conhecimento que recebem não tem significado para eles. Assim, compreende-se que a educação de jovens e adultos, a EJA, é uma modalidade de ensino voltada, principalmente, para o cotidiano dos estudantes que necessitam trabalhar e amparar a família. Evidencia-se a seriedade da reflexão do educador e pesquisador sobre a metodologia a ser empregada em sala de aula, pois o mesmo deve ser intermediário de um ensino que considere as necessidades dos estudantes, buscando métodos transformadores e inovadores, de modo que o aluno se sinta prazer de assistir e participar das atividades, interagindo com os companheiros e com o próprio educador.

Nesse contexto, a questão que se coloca, então, é como desenvolver um ensino básico para jovens e adultos significativo, de modo a reverter os elevados índices de evasão e o desprestígio da modalidade. Para isso, cabe então investigar outros fatores internos ao sistema educativo como: as políticas públicas de financiamento, atendimento, acessibilidade, organização e a condição do ensino que tem se oferecido para jovens e adultos. A escola atual precisa estar preparada para receber e formar esses jovens e adultos que são frutos dessa sociedade injusta e, para isso é preciso que haja professores dinâmicos, responsáveis, críticos, que sejam capazes de inovar e transformar sua sala de aula em um lugar atrativo e estimulador (ARROYO, 1997, p. 23).

Todavia, não é fácil garantir a permanência dos alunos até o final da etapa de escolaridade, pois ao longo da caminhada vão perdendo o estímulo e aos poucos desistindo. É neste momento que surge a importância do professor para estimular e encorajar o aluno criando possibilidades que proporcione um índice menor de evasão escolar. Porém, essa não é uma tarefa ou responsabilidade exclusiva do professor, pois se compreende que essa problemática vai muito mais além, o docente por sua vez necessita de amparos que deem sustentação a sua prática, ficando, portanto, a responsabilidade da evasão também voltada para a gestão escolar, levando em consideração que a educação é essencial para o progresso e desenvolvimento de toda e qualquer sociedade. Portanto, todos os envolvidos

nesse processo, União, Estados, Municípios, gestores, professores, etc. tornam-se responsáveis por promover melhorias e buscar soluções que venham a sanar os fatores que impulsionam a evasão dos alunos na modalidade da EJA.

Contudo, o que se entende é que muitos alunos que se matriculam acabam desistindo mesmo antes do término do ano letivo. O objetivo principal do estudo centra-se em dissertar sobre evasão e permanência de alunos na EJA delineando a problemática enfocando as funções e desafios de jovens e adultos na realidade e a qualidade na EJA. A trajetória metodológica remete a um estudo do tipo descritivo aonde se buscou o aporte da pesquisa bibliográfica como fundamentação para a construção da revisão de literatura. Deste modo, refletir sobre a prática pedagógica e as causas que induzem a evasão escolar são de extrema importância na tentativa de minimizar o índice de alunos que abandonam a sala de aula. A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos necessita ser analisada e percebida de forma mais aberta, sobretudo porque se trata de uma questão preocupante e significativa tema para estudo.

## **2 | EVASÃO ESCOLAR: FUNÇÕES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ATUALIDADE**

O aumento de matrícula dos jovens é um elemento muito expressivo para a gestão escolar e para os educadores. Os indivíduos que chegam à EJA passam por trajetórias distintas, que desafiam o fazer da escola. Atendê-los requer profissionais preparados, além de um arcabouço pedagógico diferenciado que faça a ligação entre escola e vida social juvenil. Exige, ainda, um olhar mais minucioso sobre os jovens que regressam e as suas histórias, reconhecendo-os como sujeitos portadores de direitos.

Voltar-se para a escolarização da juventude da EJA é ponderar a respeito da evasão escolar como fator problemático e prioritário, já que se constata maior número de evasão nas idades entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos e 19 (dezenove) e 29 (vinte e nove) anos. Essa questão pode também ser percebida em programas que recebe, especificamente a jovens, como é o caso do PROJOVEM. Os quantitativos do programa contribuem para mensurar a aceção de escolarizar os jovens, e denotam a precisão de se produzir mecanismos que colaboram para o êxito escolar, percebido aqui, como, a conservação dos jovens no processo educacional. Eles exibem, em uma primeira ocasião, que o estabelecimento escolar ainda não condiz com as aspirações dessa faixa etária.

Preocupar-se em entender e atuar nos índices de abandono é voltar-se para a educação inclusiva como premissa básica. Nesse sentido Ribeiro (2010, p.3) assinala que “precisamos criar possibilidades para novas inserções e aprendizagens e, mais do que tudo, entender que esse sujeito, quando procura ou retorna a uma classe de EJA, está nos dando uma chance incomensurável de provar que o sistema educacional brasileiro, no conjunto de seus atores, não é distintivo. Acredita, deseja e investe em uma educação

para todos.

O agrupamento de atores nessa conjuntura conseguiria ir além dos profissionais que atuam na unidade escolar, como agentes culturais, psicólogos, pedagogos, dentre outros. No entanto, a instrução noturna e, conseqüentemente, a EJA vêm valendo-se, em especial, aos membros da guarda municipal e a polícia, que se mostram presentes nas ocasiões em que os confrontos extrapolam o certame das disciplinas. Não seriam esses, os profissionais que necessitaria para agirem com tanta assiduidade nos adestramentos noturnos, uma vez que o ambiente escolar tem a escassez, em especial, de indivíduo que cooperem na ampliação de praticas pedagógicas.

Em outra assertiva, Arroyo (2006), adverte que não se pode vislumbrar os jovens que frequentam as classes da EJA como indivíduos que não tiveram êxito no ensino regular, ou seja, Arroyo (2006, p. 23), “alunos evadidos, reprovados, defasados, alunos com problemas de frequência, de aprendizagem, não concluintes da 1ª à 4ª ou da 5ª a 8ª”. O autor discorre sobre uma nova reconfiguração da EJA, em que os jovens devem ser vistos primeiramente nas suas especialidades, e não nas suas carências.

No entanto, uma pesquisa de mestrado efetivada por Carvalho (2012, p. 10) aponta diversos motivos do acesso dos jovens na EJA asinalando que “a evasão e a repetência, que ocasionam a defasagem entre a idade e série; da busca pela certificação escolar oriunda da necessidade de trabalhar; da dificuldade de acesso; da ausência de motivação para o retorno a escola, entre outras.

Verifica-se, pelas justificativas relacionadas, que a nódoa dos jovens que frequentam a EJA é visto como aquele que não obteve progresso na instrução regular. Já, para o estudioso Arroyo, as deficiências escolares do sujeito que ingressam à EJA expõe, na verdade, as carências sociais daqueles que são rejeitados. Frente a todas as atribulações, os mesmos bucam no estabelecimento escolar uma forma de buscar opções para erguer novos caminhos. Carregam, entre outras, um extenso conhecimento de sobrevivência nas adversidades que a vida impôs o que Arroyo (2006, p. 25) define como “múltiplos espaços deformadores e formadores”, do qual os jovens participam, e acrescenta: “Esse olhar mais totalizante e mais positivo do protagonismo dos jovens-adultos poderá ser determinante à educação. Uma nova compreensão da condição juvenil levará a uma nova compreensão do seu direito à educação. Conseqüentemente levará a uma nova compreensão da EJA”.

O apreciar mais inquestionável para os jovens na unidade escolar, perpassa, em um primeiro momento, pela identificação dos educandos como protagonistas e sujeitos do direito com acesso à educação. Não compete, também, analisar a EJA como recurso de salvação para uma coletividade jovem marginalizada e perdida. Enquanto os responsáveis pela educação pensarem e atuarem dessa forma, os jovens permaneceram a ser considerados como um perigo, e não como sujeitos de direitos e deveres.

A reconfiguração da EJA, chama os educadores a atuarem como coadjuvantes na imposições de políticas impertinentes para a coletividade jovem, que detem o direito a

um ensino de qualidade, significativa, favorável e equitativa. Essa transformação também demanda que o magistério lute ao lado dos movimentos sociais de jovens para que outros atores e recintos orientadores adentrem em cena no acolhimento às demandas desse segmento.

A presença da coletividade jovem instiga os profissionais que atuam da unidade escolar a se perguntar como esse estabelecimento pode apoiar a melhoria de vida desses jovens, e de seu círculo familiar. Essa ponderação, todavia, suplica que a unidade escolar possa ser mensurada como acesso para possibilidades e oportunidades de qualidade de vida, além do certificado de conclusão. Esse é um segmento ainda pouco assimilado pelos trabalhadores da educação.

Da mesma configuração que outras políticas estiveram inseridas á instrução regular, como ciclo integral e políticas de padronização das aprendizagens<sup>2</sup>, é indispensável integrar à EJA políticas de adequação para a coletividade jovem, além de configuração de suporte para o segmento desse público que integra essa modalidade, sobretudo aquelas associadas ao mercado de trabalho, cultura e esporte.

Isso se faz urgente, em especial, para acolher a demanda de jovens e adultos, que por múltiplas razões, não finalizaram o Ensino Fundamental até a idade de 15 (quinze) anos, se deslocando para a EJA para mais a frente se evadindo da unidade escolar, mesmo se encontrando em idade de escolarização obrigatória. A expansão da obrigatoriedade de escolarização até a idade de 17 (dezessete) anos, dentre outras atribuições, caracterizou um progresso na elevação de recursos para o jovem que participa da EJA. No entanto, não se verificou, até o momento, impactos positivos para a melhoria das disposições de aprendizagem para esse segmento, sobretudo no que se refere à construção do docente e à inserção de novas associações de atores nas unidades escolares, durante o período noturno, que, associados com o corpo docente, pudessem fomentar os projetos pedagógicos sugeridos.

De acordo com o fundador e pesquisador do Observatório da Juventude, Juarez Dayrell (2006, p. 55), não há uma juventude e sim “juventudes”, fazendo referência “a diversidade de modos de ser jovem na nossa sociedade”. Desse modo, compreender quem é esse indivíduo é imprescindível para orientar o trabalho pedagógico. Identificar essas juventudes, suas codificações e as suas particularidades, contribui para que o docente tenha mais percepção a respeito de quem é esse indivíduo, além de educando. Essa percepção é conseguida principalmente pela interlocução com os jovens.

Um estudo concretizado pela Fundação Getúlio Vargas, disposta por Nery (2009), buscou verificar as razões para evasão escolar entre os jovens na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade. O desfecho da pesquisa apontou que a “falta de interesse” é uma das principais razões para a evasão escolar. No entanto, um estudo para o doutorado efetivado por Carmo (2012) contradiz o método de pesquisa empregada por Nery e, a partir de informações conseguidas, e do tratamento estatístico apontado

como o mais oportuno por Carmo (2012, p. 2), concluiu que o “não reconhecimento social” necessitaria ser indicado como o parâmetro das principais razões da evasão escolar na EJA.

A investigação desse autor expõe, também, que os estudos a respeito da evasão escolar, necessitam sair da mera explicação dessa ocorrência, para a dos procedimentos de permanência na unidade escolar. A investigação ressalta, ainda, que a evasão escolar não é persistente exclusivamente na EJA, mas, sendo corriqueiro em qualquer grau de ensino escolar:

A visão geral que se obteve, após a leitura das referências pesquisadas, mostra que a evasão escolar está presente em qualquer lugar onde esteja estabelecida a educação escolarizada, em todas as faixas etárias, em maior ou menor grau conforme classe econômica do aluno ou sua família. Ou seja, o fenômeno do fracasso e da evasão escolar não é exclusivo da EJA. Tal fenômeno, igualmente, não se encontra em estado crítico apenas no Brasil, abrangendo países das Américas e da Europa (CARMO, 2012, p. 3). O autor se debruça na concepção da identificação ou do não-reconhecimento dos sujeitos, sejam eles operários jovens ou adultos que não se enxergam retratados na instituição escolar, nos seus jeitos de agir e de ver o mundo. Esse “não reconhecimento” também é caracterizado pela precariedade das políticas públicas, que rejeitam as condições básicas de moradia, saúde e educação a esses jovens. Desse modo, o pesquisador aponta que o não interesse revelado na pesquisa de Nery (2009) traduz, na verdade, o não reconhecimento das especificidades dos sujeitos na escola e na sociedade. Suas reflexões constata, além disso, que a categoria “falta de interesse” apareceu na mesma proporção em uma pesquisa desenvolvida por ele junto a adultos e idosos, não sendo, portanto, um fator específico dos jovens na faixa dos 15 aos 17 anos.

A educação, em especial, a EJA, tem o compromisso de expandir as competências, a sapiência crítica-social dos indivíduos, favorecendo para um mundo mais democrático, benevolente e sustentável, que rejeite todas e quaisquer condições discriminatórias que chegue a afetar a dignidade humana. Dessa forma a EJA assume funções expressivas na educação de acordo com o Parecer 11/200.

O cunho reparador é aquele em que a EJA não é meramente inserida na parte dos direitos civis, mediante a retratação de um direito que lhe foi recusado, mas, atinge a conquista do direito a um ensino de qualidade, que seja capaz prover as necessidades humanas, assegurando simetria de condições a todos os indivíduos. Tal qual Brasil (2000 p. 9) “a função reparadora deve ser vista, ao mesmo tempo, como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e uma alternativa viável em função das especificidades sócio-culturais destes segmentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sociais”.

Considera-se primordial essa função, uma vez que pode possibilitar as condições indispensáveis para que os jovens e os adultos recomecem seus estudos, onde, não

conseguiram concluir no tempo regular. O direito a educação para todos, é uma maneira de se assegurar o princípio da igualdade entre os indivíduos.

A missão equalizadora da EJA refere-se aquela função que se responsabiliza em proporcionar oportunidades a todos, sejam eles, aposentados, donas de casa, trabalhador etc, que, por determinado motivo, seja de natureza cognitiva, econômica, social, dentre outros, não conseguiram concluir seus estudos, tendo sua educação interrompida. Brasil (2000), afirma que essa função oportuniza meio para que os indivíduos regressem à escola, e uma vez dentro dela, aprimorem sua experiência e os seus conhecimentos. Nessa acepção, por meio da missão equalizadora da EJA, possibilite equidade de acesso à educação e ao ensino de qualidade a todos àqueles que pretendem concluir seus estudos.

Por fim, a missão permanente faz referência àquela que acredita que o conhecimento é contínuo e acontece no decorrer de toda a vida. Na prática, está interligada diretamente a gênese da EJA, que é a formação continuada dos educandos. Essa função agrega os princípios, onde o conhecimento científico e o conhecimento de mundo precisam estar unidos à formação do educando. Desse modo, Brasil (2000, p. 11) frisa que, “Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares”.

Examinando essas três funções, hipoteticamente, há de se expressar que são relevantes na EJA, mas, sabendo o quanto essa nova modalidade de educação, precisa ainda superar os múltiplos desafios que a cercam, sendo alguns de alta complexidade. Dentre os múltiplos desafios, se elege neste estudo, segundo Brasil (2008b), os subseqüentes:

1. Assegurar a proposta da EJA como direito;
2. Consentir o trabalho com as diferenças: de gênero, étnica e de cunho sensorial, intelectual ou física;
3. Oferecer um ensino inclusivo;
4. Consolidar política pública e social de Estado direcionada para a EJA;
5. Garantir a EJA no campo do ensino prisional.

Assegurar a oferta da EJA como direito se institui num dos primeiros desafios, pois se expressa em fazer retratação àqueles indivíduos que, durante longo tempo estiveram excluídos do meio culto. O discernimento de um ensino compensatório já não se encaixa mais, na atualidade, para a EJA, visto que é um direito assegurado por lei (mesmo que extemporâneo), não sendo mais um mero favor social, em permuta do voto, ou simplesmente, um arranjo para que o indivíduo possa adentrar no mundo do trabalho.

Silva (2009, p. 66) discorre que “porém, esse direito não se constrói no vazio; ele faz parte de lutas históricas de sujeitos coletivos que apresentam identidades, subjetividades e singularidades”. Essas batalhas históricas foram cruciais para instigar o Poder Público na concessão do direito à educação para todos.

Para Silva (2009, p. 63) “a preocupação com o reconhecimento da educação dos

jovens e adultos como um direito, e não como compensação ganha expressão e visibilidade por parte do Poder Público a partir da redemocratização do país, na década de 1980. Com o procedimento de redemocratização, o país passa a vivenciar várias mudanças, em especial, no âmbito político, civil e por que não expressar, também no educacional.

O que para Silva (2009, p. 69), “reconhecer a EJA como direito exige compreender o seu campo de lutas e conquistas históricas marcadas pelo direito a educação com vista à promoção e à dignidade humana”. Desse modo, Brasil (2008) expõe que a luta pela conquista ao direito à educação gratuita permitiram que jovens e adultos regressarem aos estudos, modificando a EJA em um espaço de aprendizado; abrindo novos caminhos para o conhecimento, e grandes possibilidades de descobrir o mundo sob diferentes perspectivas. Do mesmo modo que, tendo como desafio distinguir o trabalho com as diversidades.

As relações fundadas pelos educandos aprendizes, dentro e fora do contexto educacional, tornam-se primordial para o desenvolvimento do ser humano, mas para tanto, é imprescindível levar em apreço, as peculiaridades, as diferenças de cada sujeito e a seu jeito de idealizar o mundo em sua volta, atestando que as diferenças se tornem subsídios enriquecedores no método de humanização. Assim sendo, instituir um ambiente democrático no qual o respeito às diferenças seja o ponto regulatório, faz com que os diálogos se tornem fluente e construtivo e capaz de causar uma nova mentalidade de educação para todos.

A evasão escolar constitui um problema habitual para a EJA, pois provoca o desligamento de um número relevante de colegial do ensino básico do estabelecimento escolar. que estão ensejando retornar para a finalização de seus cursos ou se empenham para frequentar a instituição escolar pela primeira vez. Motta (2007, p. 15), argumenta que “os caminhos para o retorno escolar muitas vezes são tortuosos e remetem a uma necessidade de reafirmação da auto-estima dos sujeitos que, por diversas razões, buscam a escola para uma complementação na educação formal e na própria formação intelectual”.

Os frequentadores da EJA, geralmente, são indivíduos detentores de uma autoestima em baixa, ao se sentirem excluídos do mundo culto, pela vulnerabilidade social que enfrenta e, sobretudo, caracterizados por uma trajetória de baixo acesso educacional. É perceptível que a evasão se constitui em um dos grandes problemas enfrentados não só pelos indivíduos que frequentam a EJA, mas, também, pelos educadores para conservarem esses indivíduos dentro de sala de aula. Se acredita que o resgate dessa autoestima baixa, o incentivo e a autoconfiança desses indivíduos, contribuam para sua manutenção no espaço escolar.

Se baseando por meio de leituras de alguns estudos sobre a temática em discussão, a exemplo de Motta (2007), Carmo (2010), Arruda e Silva (2012), Faria (2013), dentre outros, se observou que a evasão escolar é um problema na educação que atinge também essa modalidade de ensino, em caráter nacional, atingindo diversos estados brasileiros.

Assim sendo, se faz necessária uma política pública de Estado exclusiva para a

EJA. Faz-se necessário observar que a evasão escolar não é um problema peculiar das instituições de ensino brasileiras. Mesmo não sendo a intenção de estudo do referido trabalho, a evasão no ensino médio em outros países é também preocupante, de acordo com Carmo (2010, p. 205), um documento apresentado pelos Estados Unidos, em 1990 evidencia que, “a média de evasão escolar em todo o país é de 30%. Além disso, para alguns grupos étnicos a situação se agrava, essa taxa se eleva para quase 50%”, o que simboliza, para os americanos, um elevado número.

A EJA é uma modalidade de educação desenvolvida por uma variedade de indivíduos, detentores de interesses, precisões e saberes heterogêneo. Desse modo, a instituição escolar necessita estar organizada para trabalhar e receber esse público caracterizado, mediante ao emprego de metodologias pedagógicas também distintas, no intento de atenuar a evasão escolar. Na EJA, a evasão escolar é um assunto que tem provocado muitas discussões nos ambientes educacionais e levado a muitas investigações sobre essa questão, por se abordar uma problemática de difícil resolução.

Frente a essa realidade, as instituições de ensino público devem revisar seus métodos pedagógicos, visando descobrir prováveis soluções para diminuir essa problemática. Para Freire (2002, p. 38) “não basta a compreensão condicionada do que fazer, mas do que se pode fazer e com quem fazer, pois os educandos não irão para a sala para serem trabalhados e sim para trabalhar com o educador, com a metodologia”.

O comprometimento do educando com os afazeres didáticos sugeridos, por intermédio dos processos metodológicos apropriados para esse público, consegue ser uma ação adequada para se diminuir a evasão escolar, pois os educandos se sentirão mais determinados para a aquisição do aprendizado. Os métodos didático-pedagógicos não devem ser trabalhados como uma decisão verticalizada, na qual os tópicos devem ser expostos de forma estática, cristalizada, longe da realidade particular do público-alvo da EJA. Percebe-se, portanto, a obrigação de se promover o trabalho na instituição escolar, em conexão com o conhecimento de mundo dos educandos.

Assim, Brasil (2009, p. 33), afiança que “a articulação de saberes das classes populares com os conteúdos escolares (técnicos e científicos), exige modos não-hierarquizados e não-dicotomizados de intervenção pedagógica, dando sentido e significado a esses novos saberes assim produzidos, de forma a construir sistemas conceituais que contribuam para compreender a realidade, analisá-la e transformá-la”.

A escola possui limites para a sua atuação, já que tanto a vida do jovem, quanto a do adulto e do idoso possuem demandas distintas. No entanto, não significa que nada possa ser feito. Logo, ainda que a instituição escolar não seja completamente autônoma para adotar certas deliberações, tão-pouco, acatar a todas as demandas do seu corpo discente, é possível constituir sociedades com outras entidades co-participantes, como: associações, igrejas, ONG's e com o poder público no ensaio de gerar novas ações para esses indivíduos.

## CONCLUSÃO

O trabalho que se conclui contextualiza a evasão escolar no âmbito da educação de jovens e adultos (EJA) como uma realidade nacional e centra-se nas funções e desafios da escola, alunos, professores, família, governo.

Com um papel essencial, a escola tem a obrigação de potencializar as relações sociais, efetuar aptidões físicas e intelectivas tornando o aluno um agente social, ativo e presente em sua comunidade. Apesar de existirem adversidades e negações diariamente com o direito à educação que elevam a expectativas dos jovens a não continuar aos estudos.

Também é importante salientar que por trás de situações de baixa frequência escolar, o a abandono da escola e a evasão, existem ainda diversas motivações dentro dessa questão como, por exemplo: a gravidez precoce, a falta de conexão entre os conteúdos escolares aplicados e os interesses desejados pelos estudantes e principalmente a necessidade quase imediata de gerar uma renda mínima, que possibilite apoiar sua família, entre outras questões que serão detalhadas pela pesquisa. Conforme dados do IBGE (2018) 8,8% da população brasileira que está com a idade entre 15 e 17 não foram à escola.

Portanto, o acesso à Educação apesar de ser um direito constitucional, também é fundamental nos dias atuais, possibilitando que todos possam participar das discursões modo consciente, participando de forma plena e sadia da vida cultural e assim, contribuindo com o trabalho digno de modo satisfazer as necessidades básicas, elevando a melhoria das condições da vida diante de uma sociedade já sacrificada pela pandemia da covid-19. No entanto, os dados revelam que na plenitude do século 21, o Brasil ainda encontra-se com uma grande contingencia de pessoas que estão privadas dos direitos à Educação.

Pois conforme o último Censo Demográfico realizado em 2018, foram contabilizados uma média de 13,9 milhões de jovens com a idade acima de 15 anos, que relataram não possuir nenhum conhecimento em leitura ou escrita, isto é, analfabetos. Também a pesquisa retratou a realidade dos jovens, indicando que 54,4 milhões até a idade de 25 anos, possuíam baixa escolaridade, bem inferiores ao do Ensino Fundamental II e ainda 16,2 milhões já haviam concluído todo o Ensino Fundamental, no entanto o Ensino Médio estava paralisado.

Assim, ao longo das últimas décadas, foram observados nos estudos desta pesquisa que os Brasil obteve a consolidação plena da consciência social dos direitos da Educação diante a infância, contudo percebe-se que ainda não construiu uma cultura voltada para o direito da Educação Básica ao longo de toda a vida do cidadão, apesar das tentativas, sem resultados factíveis.

Diante deste contexto, não é incomum encontrar-mos pais neste país com baixa escolaridade que lutem pelos os filhos para o acesso de um ensino com qualidade, sem buscar reivindicações nehumas dos direito que foram violados durante a sua juventude.

Também percebe-se que existem muitas pessoas com escolaridade diferenciadas em um nível elevado que permanecem caladas, cegas aos fatos de que estão entre muitos adultos que a pobreza e a necessidade do trabalho iniciado precocemente o afastaram da escola, de um sonho, sendo incluso nas estatísticas do precário manejo de leitura e da escrita.

Já a contribuição da escola em motivar os alunos e permanecerem em sala de aula, está ligada a força de vontade de crescer com 50% das respostas e 30% confirmam que são os professores os maiores contribuintes dessa continuação e com 10% citam a coordenação da escola e proximidade da mesma próxima a escola.

Para Meirelles (2014) a escola da EJA deve saber que é essencial compreender toda a diversidade dos estudantes diante dos seus espaço, desde adolescência até os mas velhos, entender as religiões, as culturas e crenças diversas e assim, ampara-los de forma assegurar um ambiente familiar agradável, apesar de não constituir uma tarefa muito fácil. Também, comenta o autor que nessa lista ainda é incluso os aspectos logísticos, onde é preciso garantir aos funcionários que trabalham em turno alternativo condições mínimas para promover a educação, organização de horários com a equipe de educadores compatível para o envolvimento de todos e a disponibilizar de material adequado para atendimento dos alunos e professores.

Para os autores Gadotti e Romão (2011), a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos é uma questão pertinente dentro das conjunturas escolares, e necessita ser trabalhada, haja vista que, no início do ano letivo é matriculado um amplo quantitativo de alunos, e que os mesmos vão abandonando o ambiente escolar por múltiplos pretextos, perpassando pelo sucateamento e seletividade do ensino, e o, mas agravante em decorrência da cultura do fracasso, acabam perdendo a credibilidade na eficácia da aprendizagem, não voltando a se matricular no espaço escolar.

Para Paiva e Oliveira (2009, p. 39), “fica clara a necessidade de se pensar o atendimento educacional e as condições de oferta como um todo, quando se tem a educação básica como objetivo e direito para a população que enfrenta níveis alarmantes de desigualdade”. Tal perspectiva envolve desde os gastos com financiamento até uma atenção muito especial a condições em que a educação acontece em cada escola, condições essas que se projetam no imenso contingente de jovens que demandam da EJA (...) tratar essa situação de forma fragmentada, sem procurar soluções para o todo, é tornar essa população socialmente invisível frente ao Sistema escolar.

Superar o padrão educacional, centralizado no prejuízo escolar, é uma obrigação a ser sobreposta na realidade da EJA, para aqueles que regressam ao ambiente escolar, na tentativa de buscar oportunidades pertinentes à aprendizagem. Conforme Fonseca (2012, p. 33) “atribuir a um fracasso pessoal a razão a interrupção da escolaridade é um procedimento marcado pela ideologia do Sistema escolar, ainda fortemente definida no paradigma do mérito e das aptidões individuais.

Justifica o próprio Sistema escolar e a modelo socioeconômica que o sustenta,

eximindo-os da responsabilidade que lhes cabe na negação do direito à escola. Mascara a injustiça das relações de produção e distribuição dos bens culturais e materiais, num jogo de sombras assumido pelo próprio sujeito condenado à situação de exclusão que, tomando para si a responsabilidade pelo abandono da escola, sentir-se-ia menos vitimado e impotente diante de uma estrutura injusta e discriminatória”.

Diante da colocação de Fonseca (2012), ressalta-se que o afastamento escolar não é decorrente de uma atuação descomprometida dos educando da EJA, ao contrário, há uma cadeia de fatores econômicos, sociais e políticos que impulsionam o acesso cada vez mais cedo na EJA, e outros que impedem a continuação de tais indivíduos nos recintos educacionais.

Deste modo, percebe-se que não adianta responsabilizar o aluno pelo prejuízo escolar, em razão das consequências educacionais expostas pelos frequentadores da EJA, pois é produto de uma cultura escolar que exclui, onde, é permitido o ingresso do indivíduo no espaço escolar, mas, ao mesmo tempo, não oferece condições mínimas necessárias para a promoção da aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. da. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997.

ARRUDA, Roberto Alves; SILVA, Greice Palhão. Evasão escolar de alunos na Educação de Jovens e Adultos-EJA. **Eventos Pedagógicos**, v. 3, n. 3, p. 113-120, 2012.

AZEVEDO, Francisca Vera Martins de. **Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal**. Disponível em: , 2011.

FARIA, Wendell Fiori. **Educação de jovens e adultos**. São Paulo: Estante Virtual, 2013.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC, 2000.

\_\_\_\_\_. DOCUMENTO BASE NACIONAL A. **Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Brasília: MEC, 2008.

\_\_\_\_\_. **A educação de jovens e adultos no Brasil: entre trajetórias descontínuas e a expectativa do direito**. Brasília: MEC, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Parecer CEB n. 20, de 11 de novembro de 2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

CARMO, Gérson Tavares do. A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos. **Arquivos analíticos de políticas educativas**. Volume 22 Número 63 30 de junho de 2010.

\_\_\_\_\_. A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos: proposta de categorização discursiva a partir das pesquisas de 1998 a 2012 no Brasil. **Arquivos analíticos de políticas educativas**. Volume 26 Número 68 30 de junho de 2012.

CARVALHO, Ademar de Lima. **O professor da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o conhecimento educativo freireano**. São Paulo: Autentica, 2012.

FONSECA, Maria da Conceição F. R. **Educação Matemática de Jovens e Adultos: especificidades, desafios e contribuições**. (3a ed.). São Paulo: Autentica, 2012.

GADOTTI, Moacir; Romão, José. (org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2011.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006. p. 136-161.

MEIRELLES, E. Primeira República: um período de reformas. **Revista Nova Escola**. 2014. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/3444/primeira-republica-um-periodo-de-reformas>>. Acesso em 21/12/2021.

MOTTA, Amália Custódio. Projetos pedagógicos. **Revista Nova Escola**. 2014. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/3444/primeira-republica-um-periodo-de-reformas>>. Acesso em 21/12/2021.

NERY, M. C. A **Educação profissional e você no mercado de trabalho**. Instituto Votorantim Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: FGV/CPS, 2009.

OLIVEIRA, Paula Cristina Silva de. (2012). “**Evasão**” escolar de alunos trabalhadores na EJA, 2012. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos.pdf>.. Acesso em 21/12/2021.

OLIVEIRA, I. B. Paiva, J. (Orgs.). **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DPet alii, 2009.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. **Educação para jovens e adultos**. São Paulo: Ação Educativa, 2010.

SILVA, Manoel Regis da. (2009). **Causas e consequências da evasão escolar na Escola Normal Estadual Professor Pedro Augusto de Almeida**. Pernambuco: UFP, 2009. Disponível em:<[http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/causas\\_e\\_consequencias\\_da\\_evasao\\_escolar\\_na\\_escola\\_normal\\_estadual\\_professor\\_pedro\\_augusto\\_de\\_almeida\\_a\\_bananeias\\_pb\\_1343\\_397993.pdf](http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/causas_e_consequencias_da_evasao_escolar_na_escola_normal_estadual_professor_pedro_augusto_de_almeida_a_bananeias_pb_1343_397993.pdf)> Acesso em 21/12/2021.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Afetividade 22, 55, 63, 64, 65

Arte 1, 2, 3, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 103, 106

### B

Brincar 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 51, 64, 65

### C

Contexto escolar 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 25

Criatividade 16, 17, 19, 26, 66, 108, 109, 114, 115, 116

### D

Discursos 84, 99

### E

Educação 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 70, 72, 81, 83, 108, 112, 114, 115, 116, 124

Educação de Jovens e Adultos (EJA) 28, 29, 30, 37, 38, 39, 40

Ensino infantil 18, 24, 25, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 58

Ensino superior 43, 51, 67, 69, 71, 72, 73, 76, 77, 79, 80, 81

Evasão escolar 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40

### F

Formação de professores 41, 42, 43, 47, 52, 53, 54, 61, 81, 124

### I

Ideias 80, 110

Inovar 21, 29, 108

### L

Lúdico 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 26, 27, 117

### P

Pandemia 37, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65

Políticas públicas 29, 33, 41, 42, 43, 44, 46, 52, 53, 54, 124

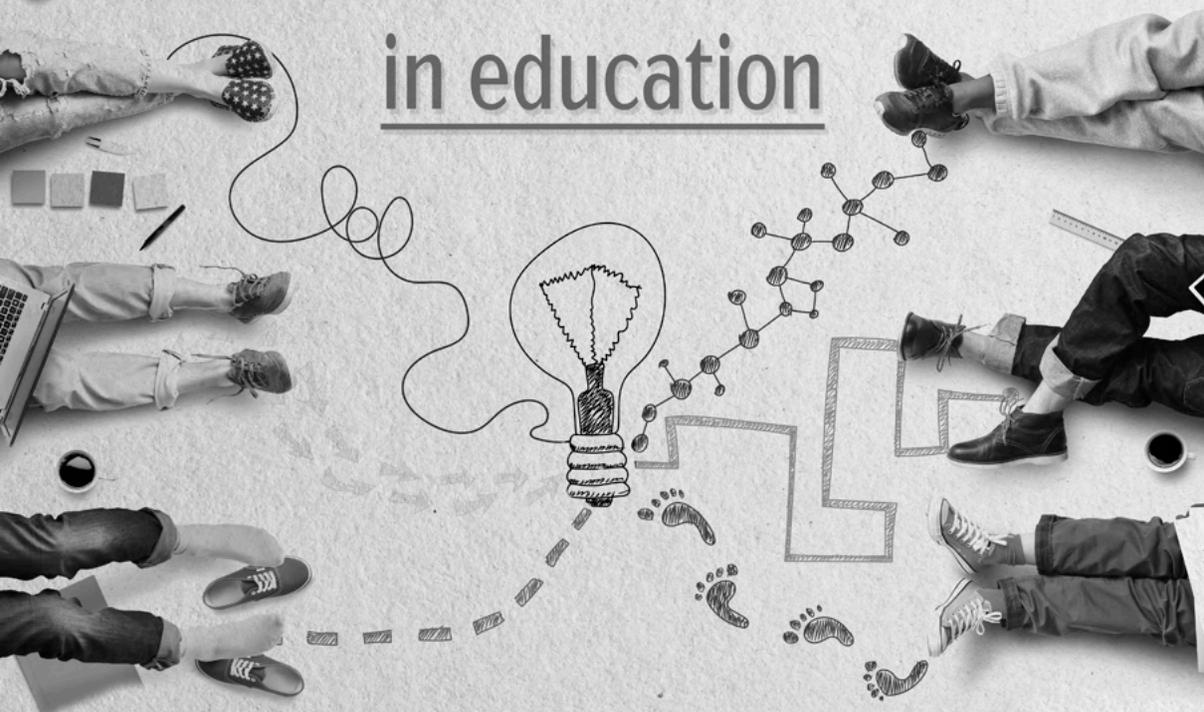
Práticas 19, 22, 25, 42, 51, 72, 73, 75, 77, 79, 110, 112, 116

## T

Telejornalismo 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81

# DISCOURSES, PRACTICES AND IDEAS

in education

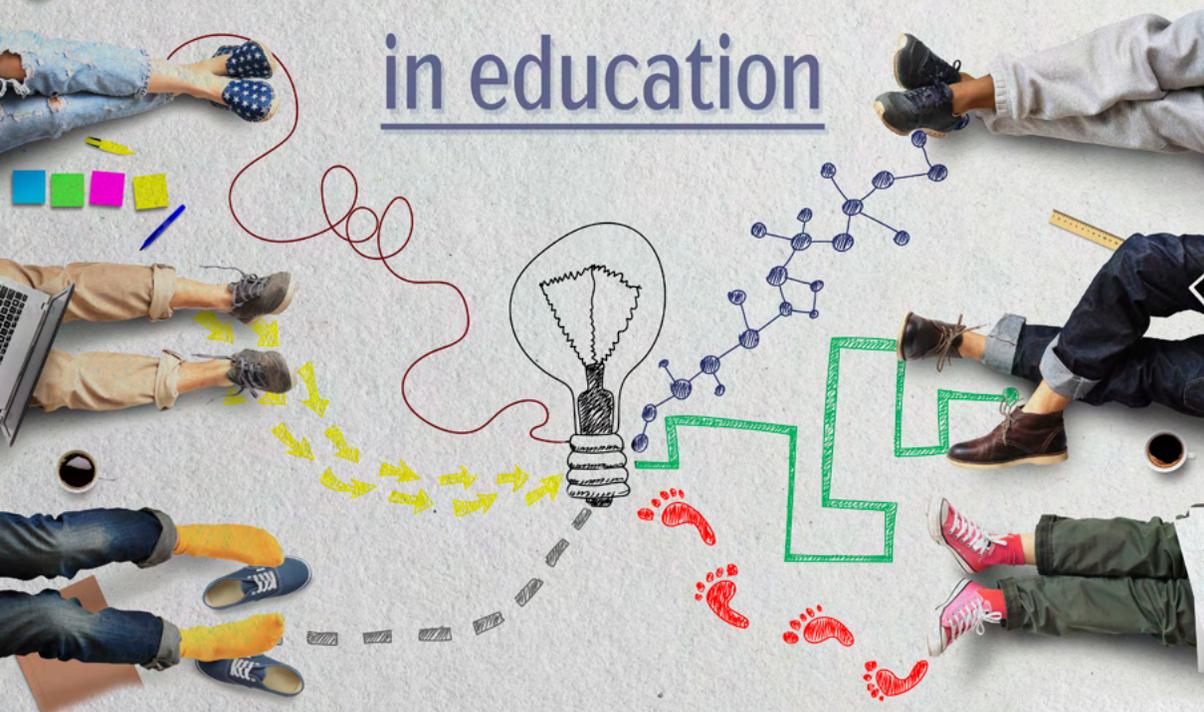


- 🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
- ✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
- 📷 @atenaeditora
- 📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022

# DISCOURSES, PRACTICES AND IDEAS

in education



- 🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
- ✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022